

O PRONOME NA *MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA*  
DE EVANILDO BECHARA

Leonor Lopes Fávero  
USP, PUC-SP  
Márcia A. Guedes Molina  
UNISA

## 1. Preliminares

O objetivo deste trabalho é examinar, dentro das propostas da Linguística Textual, como Evanildo Bechara, o mais importante gramático deste século, descreve e analisa o **pronome**, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* nas duas publicações em que ela se nos apresenta: a primeira, de 1961, com trinta e seis edições, e a segunda, revista e ampliada, de 1999, ou seja, editada, praticamente quarenta anos depois, verificando o que há de inovador nessa segunda, já que tantos anos as separam, anos esses que marcam uma profunda modificação nos estudos linguísticos.

Mostraremos, em especial ao tópico analisado, o quanto a visão do linguista se expande, incorporando os mais recentes estudos sobre a linguagem, acompanhando as vertentes da teoria da enunciação, da pragmática, da linguística textual, como ele mesmo diz na nova edição das *Lições de Português pela Análise Sintática* (2000: 1):

(...) passados tantos anos, os estudos de sintaxe, tanto geral quanto de língua portuguesa, têm-se beneficiado de alguns progressos que procuramos introduzir nas recentes revisões de nossa *Moderna Gramática Portuguesa*, a partir da 37.<sup>a</sup> edição de 1999.

e no Prefácio de sua *Gramática*: “Difícilmente haverá seção da *Moderna Gramática Portuguesa* que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento no plano teórico da descrição do idioma”.

O trabalho insere-se na História das Ideias Linguísticas, lembrando que uma ideia linguística é todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística não explícita (Auroux, 1989), permitindo:

- estudarem-se não somente as antigas gramáticas portuguesas anteriores à de Adolfo Coelho (2.<sup>a</sup> metade do século XIX), como as primeiras escritas por brasileiros (as de Moraes Silva e de Frei Caneca, por exemplo);
- analisar-se qualquer outro saber fundado na ciência linguística (obras gramaticais surgidas a partir do compêndio de Júlio Ribeiro (1881))

Assim, toda a tradição gramatical é uma parte das ideias linguísticas:

Fazer história das idéias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil, mesmo antes da Lingüística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem, a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. (...) portanto, capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas conseqüências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua. (Orlandi, 2001: 16)

Essa disciplina contempla também, como ensinam Fávero e Molina (2006), o estudo das Instituições onde, por exemplo, no século XIX, tais saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam, pois, de acordo com Auroux (1992), o historiador deve projetar os fatos num hiperespaço que comporta essencialmente três tipos de dimensão:

- uma cronologia;
- uma geografia;
- um conjunto de temas.

Nosso tema será a *Moderna Gramática Portuguesa*, no que tange ao estudo dos pronomes e da coordenação; a cronologia, principalmente, os séculos XX e início do XXI, a geografia, Brasil.

## 2. A obra publicada em 1961

A *Moderna Gramática Portuguesa*, explica o ilustre professor no *Prefácio*, foi escrita com o intuito de levar ao magistério brasileiro um compêndio que, em um *estilo simples*, divulgasse os *recentes* resultados dos estudos da linguagem e que dispusesse os conteúdos gramaticais de acordo com a recém implantada Nomenclatura Gramatical Brasileira. Orientada pela lição de inúmeros mestres de *dentro* e de *fora* do país, faz ela uma homenagem especial àquele que *muito contribuiu para nossa formação linguística: M. Said Ali*, no centenário de seu nascimento.

Nas palavras introdutórias, Bechara explica o papel da gramática: “registrar os fatos da língua geral ou padrão, estabelecendo os preceitos de como se fala e escreve bem ou de como se pode falar e escrever bem uma língua”, justificando, então, as duas conceituações conhecidas de gramática: “é ao mesmo tempo uma ciência e uma arte” - e o papel do gramático, explicando que esse não deve ser um “legislador do idioma nem tampouco um tirano que defende uma imutabilidade do sistema expressivo, cabendo-lhe ordenar os fatos linguísticos da língua padrão de sua época (...)” (Bechara, 1970[1960]: 25).

Alertamos aqui para o caráter inovador dessa obra, pois, na ocasião em que foi escrita, os estudos sociolinguísticos aqui no Brasil ainda engatinhavam e o autor, parece-nos, já comungava com as ideias de Coseriu (1982: 27).

El error corriente del hablante ingenuo y sobre todo el de los que llamamos puristas, es el de considerar sólo lo ejemplar y su realización como lo correcto, y de pensar que todo otro modo de hablar diferente de lo ejemplar es, como lengua, algo incorrecto. Pero adviertan que jamás una lengua puede ser incorrecta (...)

### 2.1 Morfologia

A *Moderna Gramática Portuguesa* apresenta um estudo bipartido da morfologia, na esteira dos mais renomados gramáticos. Na primeira parte *Classes de palavras*, chamada por inúmeros estudiosos tanto do século XIX quanto do início do século XX de *Taxionomia*, traz as dez classes de palavras, seguindo as determinações da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB): substantivo, adjetivo, artigo, pronome, numeral, verbo, advérbio (incluindo aí os denotativos, diferentemente do apresentado nessas normas), preposição, conjunção e interjeição. Na segunda parte, *Estrutura dos vocábulos*, já se ouve a voz pelo menos de dois grandes estudiosos de morfologia: do brasileiro, Câmara Jr. e do

americano Nida, especialmente, em questões antes pouco discutidas no âmbito escolar: constituintes imediatos, neutralização, acumulação, etc.

Embora haja tanto a se falar a respeito dessa parte da obra, devido as limitações de um trabalho desta natureza, deter-nos-emos no pronome.

### 2.1.1 O Pronome

O autor inicia a parte, definindo essa classe gramatical: “Pronome é a expressão que designa os seres sem dar-lhes nome nem qualidade, indicando-os apenas como pessoa do discurso” (Bechara, 1970 [1960]: 114). Bastante calcado em Said Ali (1965: 61) que afirmou: “PRONOME é a palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso”.

Na sequência, explicita as três pessoas do discurso e traz a classificação dos pronomes sugerida pela NGB: pessoais, possessivos, demonstrativos (neles insere o artigo definido), indefinidos (incluindo o artigo indefinido), interrogativos e relativos.

Bechara classifica também os pronomes em *substantivos* e *adjetivos*, explicando que, quando o pronome faz referência a um substantivo, temos o pronome adjetivo; já quando faz “as vezes dele”, temos os substantivos. Contudo, esclarece, “há os pronomes que são apenas substantivos enquanto outros podem aparecer nas duas funções”.

Devemos destacar alguns fatos, primeiramente em relação à discussão do “o” como artigo ou pronome demonstrativo. Nesse sentido, esclarece Bechara (1970 [1960]: 118):

O pronome *o*, perdido o seu valor essencialmente demonstrativo e posto antes de substantivo, como adjunto, recebe o nome de artigo definido. Assim é que a gramática, no exemplo seguinte, considera o primeiro *os* artigo definido e o segundo pronome demonstrativo:

“Os homens de extraordinários talentos são ordinariamente os de menos juízo”.  
(Marquês de Maricá)

navegando nas mesmas águas de Said Ali (1965: 64): “Seguindo o substantivo, o demonstrativo ‘o’ confunde-se geralmente com o artigo definido”.

O outro fato que não pode passar despercebido relativamente aos pronomes demonstrativos é quando o gramático, já antevendo a necessidade de, muitas vezes, caminharmos para além dos limites da frase, ensina (Bechara, 1970 [1960]: 117):

Pronomes demonstrativos são os que indicam a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso. Esta localização pode ser no tempo, no espaço ou

no discurso: 1.<sup>a</sup> pessoa: este, esta, isto. 2.<sup>a</sup> pessoa: esse, essa, isso. 3.<sup>a</sup> pessoa: aquele, aquela, aquilo. (...) **Nem sempre se usam com este rigor gramatical os pronomes demonstrativos; muitas vezes interferem situações especiais que escapam à disciplina da gramática.** (grifos nossos)

Observamos, finalmente, que o autor, em referência a alguns pronomes indefinidos, explica:

Muitas vezes a posição da palavra altera seu sentido e sua classificação: Certas pessoas (pron. Indef.) não chegam na hora certa (adjetivo), mas em certas horas (pron. Indefinido). Algum livro (= certo livro). Livro algum (= nenhum livro).

fazendo-nos recordar Pacheco da Silva Júnior e Lameira de Andrade (1887: 539):

A significação de muitos adjetivos<sup>1</sup> é determinada pelo lugar que eles ocupam na proposição, e este fato era estranho ao latim. No sentido próprio ocupa o lugar que especialmente lhe convém; no figurado é proclítico (...)

O exemplo de *certo* é curioso. *Notícia certa* e *certa notícia* (...)

Consideremos, agora, a obra de 1999.

### 3. A obra publicada em 1999

A *Moderna Gramática Portuguesa* (37.<sup>a</sup> edição revista, ampliada e atualizada), explica o ilustre professor no *Prefácio*, foi dada a lume pelos mesmos propósitos que o fizeram produzir a de 1961<sup>2</sup>, ou seja, principalmente o de levar ao magistério brasileiro um compêndio que, escrito em um *estilo simples*, divulgasse os *recentes* resultados dos estudos da linguagem. Nesta nova edição, especifica o professor (1999: 19):

Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros

---

<sup>1</sup> Na época da escritura da gramática desses autores, os pronomes eram, na maioria das vezes, incluídos nos Adjetivos.

<sup>2</sup> A edição consultada é a de 1970.

da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá que se trata aqui de um novo livro.

Com ele concordamos de *a* a *z*. Essa obra difere da anterior desde a partição — agora não são mais sete, mas cinco os capítulos (Fonética e Fonologia, Gramática Descritiva e Normativa, Pontuação, Noções Elementares de Estilística e Noções Elementares de Versificação) — até o tratamento dado ao conteúdo. Na realidade, quer-nos parecer, realmente, que não estamos diante de uma gramática, mas de gramáticas dentro de uma, conversando entre si e conosco, seus leitores, o que fica ressaltado num outro trecho do *Prefácio* (1999: 19-20):

A orientação aqui adotada resulta da nossa convicção de que ela [a gramática] também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, especialmente quando aplicada a uma obra da natureza desta *Moderna Gramática Portuguesa*, que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo *magister dixit* e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas.

E, agora, o objetivo dessa obra amplia-se porque é também o de fornecer subsídios “aos colegas de magistério e pesquisa” a fim de que possam refletir para melhorar a “vigente nomenclatura gramatical em nossos compêndios escolares”. (1999: 20). Se na obra anterior a homenagem era ao centenário do nascimento de Said Ali, nesta, começa fazendo referência ao mesmo Said Ali e a Eugênio Coseriu, Herculano de Carvalho, Mattoso Câmara e em especial ao estudioso Emílio Alarcos Lhorach, na ocasião falecido.

As obras diferem desde a Introdução. Nesta, a *Introdução* começa traçando uma *Breve História Externa da Língua Portuguesa*, para, na sequência, apresentar a Teoria Gramatical dividida em seis partes, a saber: *Linguagem: suas dimensões universais, Planos e níveis da linguagem como atividade cultural, Língua histórica e língua funcional, Sistema, norma, fala e tipo linguístico, Propriedades dos estratos de estruturação gramatical e Dialeto — Língua Comum — Língua Exemplar. Correção e exemplaridade. Gramática científicas e gramática normativa. Divisões da gramática e disciplinas afins. Linguística do texto*, bastante ancorado em Coseriu. Comparemos:

A linguagem humana articulada se realiza de maneira concreta por meio de formas específicas chamadas atos linguísticos, que se organizam em *sistemas*

de *isoglossas* (*isos* = gual; *glossas* = línguas) denominadas tradicionalmente *línguas* (Bechara, 1999: 30)

Tenemos, por consiguiente, tres conceptos de ‘lengua’ bien distintos: 1) suma de actos lingüísticos concretos; 2) condición de todo acto lingüístico, *sprachbesitz* individual; 3) sistema isoglósico que reúne los aspectos comunes de los *sprachbesitze* individuales de los hablantes de una comunidad. [cf. Jespersen, 3] (Coseriu, 1967, p.23)

Também quando trata de *ato lingüístico*:

Embora o ato lingüístico, por sua natureza, seja individual, está vinculado indissolúvelmente a outro indivíduo pela natureza finalística da linguagem, que é sempre um falar com os outros (...)

podemos ouvir a voz de Coseriu que, sobre isso, assim se expressou:

(...) cada uno realiza la actividad lingüística individualmente. Es cierto que el hablar se da en el diálogo, pero ello ocurre aún en el hablar uno consigo mismo. Porque el hablar no es por ello una actividad coral o una actividad efectivamente conjunta, puesto que cada uno realiza esta actividad bajo su propia responsabilidad y asumiendo cada uno sólo la comprensión por parte del otro, por parte del interlocutor (1982:16).

E ainda quando arrazoá sobre os planos e níveis da linguagem:

(...) a linguagem como atividade humana universal do falar, que se realiza individualmente, mas sempre de acordo com tradições de comunidades históricas, pode diferenciar-se em três planos relativamente autônomos (Bechara, 1999: 29)

lembra-nos Coseriu, (id., p. 30), quando lemos, por exemplo, “Volvamos ahora a la distinción misma de los três planos y a su importância para la Lingüística Integral”. Ou ainda no momento e em que trata do *Sistema, Norma, Fala e Tipo Lingüístico*, em que retoma o consagrado artigo de Coseriu *Sistema, Norma y Habla*.

Bechara considera, de fato, a distinção formulada por Said Ali entre gramática descritiva e normativa. A primeira, diz, é “uma disciplina científica que registra e descreve (...) um sistema lingüístico em todos os seus aspectos (...)”, já a normativa que, segundo ele, não é uma disciplina com finalidade

científica, busca elencar “os fatos recomendados como modelos da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social”. Acrescenta que a gramática normativa “recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridades dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos” (1999: 52).

Finalizando essa *Introdução*, ensina que a gramática descritiva “registra e descreve todos os aspectos de uma língua particular, homogênea e unitária” e, por isso, costuma pode ser apresentada nos capítulos: Fonética e fonologia<sup>3</sup>, Morfologia, Sintaxe (julgando ser melhor, *Morfossintaxe*), Semântica e Estilística, partição essa seguida, como já dissemos, em sua obra: *I – Fonética e Fonologia; II – Gramática Descritiva e Normativa (as unidades do enunciado)* e, como na obra anterior, delega a um capítulo à parte o estudo da pontuação: *III – Pontuação*, e termina discutindo, também como na obra anterior, *Noções Elementares de Estilística (IV)* e *Noções Elementares de Versificação (V)*.

Sob a perspectiva da Linguística Textual, devemos dizer que as vozes de Halliday e Hasan (1976) fazem-se ouvir na discussão a respeito de hipertaxe (ou superordenação), hipotaxe (ou subordinação), parataxe (ou coordenação), antitaxe (ou substituição), assim como se percebem vozes de conceituados estudiosos do século XX, como Beaugrande, Dressler, Van Dijk e outros:

Outro ponto que há de merecer a nossa atenção é o fato de que, partindo dos três tipos fundamentais e opositivos de coordenação em português (a aditiva, adversativa e a alternativa), essas construções podem ainda exprimir relações internas de “dependência”, o que à primeira vista, parece paradoxal, porque é o mesmo que dizer que a “parataxe inclui a hipotaxe” ou que “a parataxe também é hipotaxe”. Na realidade o que temos nesses casos é, a uma só vez, parataxe e hipotaxe, mas não no mesmo nível de estruturação gramatical. No nível da oração tais construções são paratáticas; mas exprimem ao mesmo tempo relações internas de dependência no que diz respeito ao sentido do discurso... Na realidade, são independentes no nível da oração, mas são elementos subordinados do ponto de vista de unidades de conteúdo no nível superior do texto. (1999: 49)

Vê-se aí sua oposição clara à NGB que conservou as coordenadas conclusivas e explicativas, recuperando, com novos argumentos, a posição de

<sup>3</sup> Notamos aqui que, na obra anterior, o autor adotara, como o fizera Mattoso Câmara Jr., o termo *fonêmica*.



Maximino Maciel que via a existência de somente três tipos de coordenadas: aditivas, adversativas e alternativas

E, à página 322, continua:

Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramaticografia de língua portuguesa; vemo-la em Epifânio Dias e entre brasileiros, em M. Maciel, mas últimas versões de sua gramática. Perceberam que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenadas...

Esta proposta também é abraçada, por exemplo, pela *Gramática da Língua Portuguesa* de Mira Mateus (1983), que distingue 4 tipos de junção: conjunção, disjunção, contrajunção e subordinação.

As limitações do trabalho levam-nos a restringir a análise à segunda parte da gramática, quando o professor ensina *classes de palavras e categorias gramaticais*.

### **3.1 Classes de palavras e categorias gramaticais**

O autor começa apontando o fato de, muitas vezes, os estudiosos terem englobado numa mesma relação palavras pertencentes a grupos diferentes, como substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição, ou seja, as aristotélicas *categorias gramaticais*. Esclarece:

Um exame atento facilmente nos mostrará que a relação junta palavras de natureza e funcionalidade bem diferentes com base em critérios categoriais, morfológicos e sintáticos misturados. E o elemento que as diferencia são os diversos significados que lhes são próprios (1999: 109).

Relativamente a esses diversos significados, propõe que as palavras sejam divididas em lexemáticas (substantivos, adjetivo, verbo e advérbio), categoremáticas (pronome e numeral) e morfemáticas (artigo, preposição e conjunção), explicando:

Isso não impede que uma palavra categoremática possa também aparecer com significado instrumental, como é o caso de *meu lápis*, onde *meu* tem o significado categorial “adjetivo” e o significado instrumental em relação ao substantivo *lápis*, determinado como singular e do gênero masculino (1999: 112).

Discutiremos, a seguir, uma das categoremáticas, ou seja, o *pronome*, referindo-nos especialmente aos pessoais e demonstrativos.

### 3.1.1 O Pronome

O autor começa explicando (1999:162):

Pronome — é a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto.

Depois, aponta as duas pessoas do discurso: eu e tu e, lembrando Benveniste (1969), afirma que a 3.<sup>a</sup> pessoa, indeterminada, aponta para outra pessoa em relação aos participantes do evento comunicativo.

Continua asseverando que, semanticamente, os pronomes indicam dêiticos, isto é, “verdadeiros gestos verbais, como indicadores, determinados ou indeterminados, ou de uma dêixis contextual (...) ou de uma dêixis ad óculos, que aponta ou indica um elemento presente ao falante” (1999: 162).

Interessa-nos lembrar que a característica gestual do pronome, especialmente do pessoal, havia sido outrora apontada por João Ribeiro (1887: 25), recordando-se de Darmesteter:

... todos os pronomes têm por função situar coisas e pessoas no tempo ou no espaço; parecem deixar subentender um gesto, e se a expressão não fosse paradoxal, poder-se-ia chamá-los **gestos falados**.

Fato esse apontado por Bechara em nota à página 163.

Dá prosseguimento ao estudo da função dêitica do *pronome*, lembrando os ensinamentos de Brugmann (1904), K. Bühler (1978) e Herculano de Carvalho (1983), acrescentando que ela será *anafórica* se apontar para um elemento já mencionado no texto, ou *catafórica*, quando o *elemento ainda não foi enunciado ou não está presente no discurso*.

Citemos Halliday e Hasan (1976: 33):

We shall find useful in the discussion to have a special term for situational reference. This we are referring to as EXOPHORA, our EXOPHORIC reference; and we could contrast it with ENDOPHORIC as a general name for reference within the text:

## REFERENCE

[situational] exophora	[textual] endophora
[to preceding text] Anaphora	[to following text] Cataphora

A classificação dos pronomes é a mesma oferecida na obra de 1961, ou seja: pessoais, possessivos, demonstrativos (abarcando também o artigo definido), indefinidos (abarcando também o artigo indefinido), interrogativos e relativos.

E, como o fizera na primeira, propõe também a bipartição dessa classe em *substantivos* e *adjetivos*, informando: “o pronome pode aparecer em referência a substantivo claro ou oculto: Meu livro é melhor que o teu” (1999: 163). Notamos que, desde aquela época, já mostrara a função referencial que podem exercer os pronomes.

Continua caminhando nos mesmos passos de outrora até ampliar a discussão a respeito do “o” como pronome: “Considera-se o pronome demonstrativo, de emprego absoluto, invariável no masculino e singular, quando funciona com o valor ‘grosso modo’ de isto, isso, aquilo ou tal” (1999: 167).

Também vem ampliada a discussão acerca do pronome *mesmo*. Aponta o fato de alguns estudiosos terem se insurgido contra o uso anafórico do demonstrativo *mesmo*, substantivado pelo artigo, precedido ou não de preposição, sem apontarem razões para tal. Exemplificando: “Os diretores presos tiveram habeas corpus. Apareceu um relatório contra os mesmos, e contra outros” (1999: 168).

Nesse sentido, Milner (2003: 85-86) especifica:

Uma seqüência nominal possui, então, uma referência, a qual é o segmento da realidade que lhe é associado. Contrariamente ao que se crê muitas vezes, este segmento não é, necessariamente, espaço-temporal: um nome “abstrato” não é menos associável a um segmento da realidade que um nome “concreto”, simplesmente o segmento não é referido da mesma maneira. Isto posto, basta refletir um instante para observar que não é uma seqüência nominal qualquer que está associada a um segmento qualquer; ou melhor, uma língua natural comporta um léxico, e uma das propriedades deste último é a de distinguir as unidades segundo o tipo de segmento que elas podem designar.

O que não podemos deixar de registrar aqui é que o autor insere no tratamento dos pronomes, digamos, um subcapítulo acerca de seu emprego: *Emprego dos pronomes* (1999: 173) e é nesse momento que mais ainda inova e acrescenta, porque executa papel de verdadeiro cientista da linguagem, não só mostrando a norma, mas: a) discutindo o uso da língua: “Casos há, entretanto, em que esta norma pode ser contrariada. (...) A língua exemplar insiste na lição do rigor gramatical, recomendando nestes casos (...)”; b) mostrando o estado atual, as etapas por que passou o idioma: “São apenas dois estágios diferentes de evolução” (trazendo diversas construções com o “se”) (1999: 178); c) não só revelando a ambiguidade produzida por alguns termos, mas apontando soluções: “Se o autor usasse o possessivo seu, o coração poderia ser tanto de Margarida quanto do rapaz” (referindo-se ao emprego de “seu e dele” no exemplo: “Com efeito, Margarida gostava imenso da presença do rapaz, mas não parecia dar-lhe uma importância que lisonjeasse o coração dele”); e também discutindo o uso dos pronomes com valor afetivo, em construções como: “O nosso herói... Meu prezado amigo, Qual cansadas, seu Antoninho”, ou para dar ênfase, em: “O teu amor era como o íris do céu: era a minha paz, a minha alegria, a minha esperança”.

E, no emprego do *demonstrativo*, aponta (1999: 187): “A posição indicada pelo demonstrativo pode referir-se ao espaço, ao tempo (demonstrativos dêiticos espaciais e temporais) ou ao discurso (demonstrativo anafórico)”.

Apothelóz (2003: 66) ensina, lembrando Lyons (1980: 261):

As expressões lingüísticas cuja interpretação se apoia nos parâmetros de lugar, tempo e pessoa da situação de enunciação são chamadas de dêiticas. Por dêixis, entende-se portanto ‘a localização e a identificação das pessoas, objetos, processos, eventos e atividades [...] em relação ao contexto espaço-temporal acreditado e mantido pelo ato de comunicação, e a participação, em regra geral de um locutor único e de pelo menos um interlocutor.

E, ultrapassando em definitivo a limitação da frase, continua nosso professor:

*Esse* (e flexões) aplica-se aos seres que pertencem ou estão perto da 2.<sup>a</sup> pessoa, isso é, daquela com quem se fala (...) Na correspondência, *este* se refere ao lugar donde se escreve, e *esse* denota o lugar para onde a carta se destina. A referência à missiva que escrevemos se faz com *este*, *esta*. (...)

Levando-nos a Halliday e Hasan (1999: 57):

The circumstantial (adverbial) demonstratives *here, there, now* and *then* refer to the location of a process in space or time, and they normally do so directly, not via the location of some person or object that is participant in the process: hence they typically function as Adjuncts in the clause, not as elements within the nominal group. They have a secondary function as Qualifier, as in *that man there*. The remaining (nominal) demonstratives *this, these, that, those*, and *the* refer to the location of some thing, typically some entity — person or object — that is participating in the process.

Completando: (...) No discurso, quando o falante deseja fazer menção ao que ele acabou de narrar (anáfora) ou ao que vai narrar (catáfora), emprega este (e flexões), exemplificando, com Camilo Castelo Branco:

Entrou com Calisto na sala um pouco mais tarde que o costume, porque fora vestir-se de calça mais cordata em cor e feitio. Não me acoimem de arquivista de insignificâncias. *Este pormenor* (isto é: o pormenor a que fiz referência) das calças prende mui intimamente com o cataclismo que passa no coração de Barbuda. (p. 189)

Apothéloz e Chanet (2003: 144) registram a importância desse emprego do demonstrativo:

Um primeiro fator que parece praticamente comandar o demonstrativo é o caso em que o substantivo predicador escolhido opera uma recategorização mais ou menos metafórica do processo, ou comporta uma conotação axiológica evidente, uma *iluminação* (*'eclairage'*) no sentido de Grice (1990). E é isso mesmo que vemos no exemplo citado. O narrador esclarece, relembra, ilumina o anteriormente dito por meio do demonstrativo.

E funções textuais dos pronomes vão sendo apontadas no capítulo: “na construção do discurso, se quer juntar uma explicação, comparação, ou se lhe quer apontar característica saliente, costuma-se repetir esse nome (...) acompanhado do demonstrativo esse (e flexões)”.

#### 4. Considerações Finais

Pudemos constatar, pela análise desse tópico gramatical, que o Professor Evanildo Bechara, como já nos referimos anteriormente, apresenta-nos, na edição revisada e ampliada de sua gramática, não somente uma, mas várias gramáticas. Ousamos mesmo dizer que não temos somente um tratado descritivo e/ou nor-

mativo da Língua Portuguesa, mas também um tratado que aponta a necessidade de, na instância de procedermos a estudos da língua, caminharmos para além dos limites da frase, fazendo interagir interlocutor e contexto, por exemplo.

Vemos um enriquecimento grandioso na obra de 1999, no tocante ao estudo do pronome, já que, somadas as importantes considerações gramaticais, temos, praticamente, um outro e inovador capítulo acerca do emprego do pronome.

Nesse sentido, transcrevemos aqui as palavras de Kehdi (2001: 44): “não podemos deixar de destacar o fato de que o professor Bechara não dissocia um sólido embasamento de Linguística (aqui, marcadamente coseriano) do aprofundamento de questões de língua portuguesa”.

Neste trabalho, que é apenas um pequeno estudo dos *pronomes*, frente à densidade do capítulo, podemos afirmar com certeza que, se a obra de 1961 já merece uma leitura atenta por parte dos estudiosos, a de 1999 é um verdadeiro presente, fonte inesgotável de pesquisas àqueles que se dedicam ao estudo da linguagem.

## Referências bibliográficas

- APOTHÉLOZ, D. “Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual”. In: Cavalcante, M.M. & Rodrigues, B.B. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- APOTHÉLOZ, D. & CHANET, C. 2003. “Definido e demonstrativo nas nomeações”. In: Cavalcante, M.M. & Rodrigues, B.B. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003
- AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques*. Paris: Pierre Mardaga, tomo 1, 1989.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da Gramatização*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, trad. Eni P. Orlandi, 1992 [1989].
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 13.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970 [1961].
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- COSERIU, E. “Mas allá del estructuralismo”. *Anais do II Congreso Nacional de Lingüística*. San Juan: tomo 1, 1982.
- COSERIU, E. *Teoria del lenguaje y lingüística general*. 2.<sup>a</sup> ed. Madrid: Gredos, 1967 [1962].
- FÁVERO, L.L. & MOLINA, M.A.G. *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

- HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. *Cohesion in English*. London/New-York: Longman, 1976.
- KEHDI, V. “Considerações em torno da *Moderna Gramática Portuguesa*, do Prof. Evanildo Bechara”. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário, n.º 21, 2001.
- MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1914 [1894].
- MILNER, J.C. “Reflexões sobre a referência e a correferência”. In: CAVALCANTE, M.M. & RODRIGUES, B.B. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MIRA MATEUS, M.H. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- NIDA, E. *Morphology: the Descriptive Analysis of Words*. Ann Arbor: Univ. of Michigan Press, 1949.
- ORLANDI, E.P. “Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil” In: *História das Idéias Lingüísticas; Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. MT: Unemat Editora, 2001.
- RIBEIRO, João. *Gramática Portuguesa*. 7.ª ed. São Paulo: N. Falcone & Comp., s/d [1887].
- RIBEIRO, Júlio. *Gramática Portuguesa*. 11.ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1904 [1881].
- SAIDALI, M. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 6.ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1965.
- SILVA, P. & ANDRADE L. *Gramática da Língua Portuguesa*. 2.ª ed. São Paulo: Livraria Clássica de Alves & C., 1894 [1887].